

Álvaro Ribeiro e o Movimento de Cultura Portuguesa

Manuel Gama
Departamento de Filosofia
Instituto de Letras e Ciências Humanas
Universidade do Minho

1. O Movimento de Cultura Portuguesa

A publicação do ensaio, por Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa* (1943), foi um dos pontos de partida, ao nível da reflexão filosófica em Portugal, para algumas questões polemizantes. Aquela obra encaminhou a discussão para o problema da existência de filosofias nacionais, que viria, a partir de finais da década de cinquenta do século XX, tornar-se em assunto recorrente, entre nós. Vários pensadores, em períodos diversos e com enfoque heterogéneo, como Manuel Antunes, Joel Serrão, Eduardo Lourenço, Francisco da Gama Caeiro, Onésimo Teotónio Almeida, Manuel Maria Carrilho, António José de Brito, contribuíram para o esclarecimento desta problemática. Numa vertente de pensamento mais uniformemente orientada, encontrava-se o denominado «Grupo da Filosofia Portuguesa», ligado à doutrinação de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, que teve no «Movimento de Cultura Portuguesa» ou Movimento «57» a mais bem conseguida manifestação generacional da Filosofia Portuguesa.

Anteriormente ao aparecimento do Movimento «57», já este Grupo havia publicado a revista *Acto* (1951-1952), dirigida por António Quadros e Orlando Vitorino, onde predominava o ensaio, sendo um dos temas abordados a «originalidade da nossa filosofia nacional». Este projecto, de curta duração, foi de algum modo um empreendimento provocador no ambiente da cultura portuguesa.

O «Movimento de Cultura Portuguesa» ficou mais conhecido pelo nome do seu órgão, a revista¹ 57 (1957-1962), sendo, por isso, mais comum a designação de «Grupo ou Movimento de 57». A primeira geração, mais inspiradora e orientadora, era constituída pelos «mestres» Álvaro Ribeiro e José Marinho. Da geração mais nova, faziam parte, entre outros, António Quadros, Afonso Botelho, Orlando Vitorino, António Telmo, Francisco Sottomayor, António Braz Teixeira, Azinhal Abelho, Pinharanda Gomes.

A actividade generacional deste Grupo procurava inserir-se na dinâmica geral do movimento cultural português, tentando ampliar e completar o que ficara virtual em movimentos como o «Romantismo», a «Renascença Portuguesa», o «Orpheu». No entanto, o que naqueles ou noutros movimentos tinha carácter literário, artístico, religioso ou político «surge no "57" e na obra dos seus colaboradores mais representativos, como um sistema de filosofia, a que todas essas manifestações se coordenem, o sistema da filosofia portuguesa.»² Neste sentido, já anteriormente, António Quadros havia criticado o movimento da «Presença», apontando-lhe a ausência de uma interpretação filosófica das obras literárias e artísticas³.

Alimentando-se no espírito da «Renascença Portuguesa», a missão do «57» será, primeiramente, «reconduzir o homem português à consciência da sua mais fecunda virtualidade realizadora», pelo conhecimento da sua

¹ O órgão é denominado pelos elementos do Movimento como revista, e a sua numeração remete para essa designação. No entanto, o seu formato está mais relacionado com o de um jornal.

² António Quadros, «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», in 57, Lisboa, III, 7(1959), p. 9. Mais tarde, já em análise retrospectiva, dirá que «a revista 57 valorizou a reflexão filosófica sobre os valores originais da cultura portuguesa», in *Diário de Coimbra*, Coimbra, 16.09.1982.

³ Cf. António Quadros, «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», in *Acto*, Lisboa, 2(1952), p. 46.

idiossincrasia e, por outro lado, propor teses de índole social, educativa, cultural, mas sempre «religadas a uma teleologia espiritual, que propiciem a libertação da sua energia criadora.»⁴

Este Movimento insere-se na herança da longínqua questão e disputa entre castiços e estrangeirados. Se estes últimos, no passado e à época do «57», pautavam os seus princípios e a sua acção pela atitude progressista e estrangeirada, os do «57» estavam empenhados, pela via da filosofia e sua envolvente, em pensar o ser de Portugal, na sua substância e na sua teleologia próprias⁵. Havia entre os seus membros a consciência de que a própria orientação política nacional, incluindo as instituições, o ensino, a cultura, deveriam passar, necessariamente, pela autonomia mental e cultural. Era a ideia de portugalidade e a regeneração nacional que estavam em causa.

Se o «57» foi o sinal vivo e mais marcante do movimento da Filosofia Portuguesa, a sua acção manteve-se e foi-se renovando, quer através das suas duas gerações posteriores, quer através das várias publicações periódicas, que foram sendo dadas à estampa, como as revistas *Espiral*, *Escola Formal*, *Ensaio*, *Cultura Portuguesa*, *Leonardo*, *Bárbara*, *Teoremas de Filosofia*; estas duas últimas com publicação em curso⁶. Igualmente, fora dos dois maiores burgos, páginas de jornais procuraram continuar o espírito do «57»: *Ilha* (Funchal), *Parábola* (Braga), *O Sesimbrense* (Sesimbra).

⁴ *Id.*, «O Mito do Espírito», art. cit., p. 9.

⁵ Veja-se uma boa resenha desta questão em António Coimbra Martins, no verbete «Estrangeirados», in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. II, Porto, 1981, pp. 466-473.

⁶ Sobre as várias gerações do movimento da Filosofia Portuguesa e respectivos órgãos, veja-se Elísio Gala, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999, pp. 218 e ss.

2. O ideário do Movimento de Cultura Portuguesa

Apesar de algumas divergências de opinião, em alguns aspectos, entre os seus elementos, o ideário fundamental e orientador do Movimento de Cultura Portuguesa, encontra-se exposto nos dois primeiros números do seu órgão, nos artigos balizadores «Manifesto de 57» e «Manifesto sobre a Pátria».

O primeiro Manifesto é pautado pelo dinamismo binómico: *conhecer-servir*. *Conhecer* a nossa idiossincrasia, fazendo simultaneamente o diagnóstico da situação nacional. *Servir*, propondo caminhos para ultrapassar os problemas nacionais. Aquele texto programático apresenta como o problema maior o da sua mentalidade dominante - composta por professores, escritores, artistas -, onde predomina a defesa da nossa dependência em relação a correntes estrangeiras. Esses sistemas, advindos do exterior, que dão pelo nome de Escolasticismo, Materialismo Dialéctico, Positivismo, são limitadores, já que coarctam a liberdade. Entre nós, tais correntes de pensamento concretizam-se no criticismo da «Presença», nas correntes historicistas da Universidade, no positivismo católico dos escritores integralistas, no lirismo emocional dos nossos imaturos poetas, no fotografismo dos nossos escritores realistas, no cooperativismo sem antropologia de António Sérgio, no materialismo dos hegelianos que não leram Hegel e não amadureceram as suas teses⁷. O que falta àquelas correntes? Estudos antropológicos e cosmológicos, aponta o ideário do «57». Sem aqueles estudos estamos no domínio do universalismo, da mesmidade e contra a especificidade das culturas. O Espírito ou a Razão não se realizam

⁷ Cf. «Manifesto de 57», in 57, I, 1(1957), p. 1.

universalmente contra as condições espaço-temporais, logo, defende este movimento, as pátrias não são acontecimentos fortuitos derivados de meras circunstâncias histórico-sociais. O homem não é idêntico a si próprio em todos os tempos e em todas as latitudes. A via contrária, a do universalismo, a da uniformização, conduz ao sofrimento, ao mal-estar, à guerra, de que são exemplos as tentativas de uniformização de Carlos V, Napoleão, Hitler e, mais recentemente, da ONU, do Comunismo Universal, da Democracia Universal⁸. É, até, significativo e interessante que Álvaro Ribeiro, no âmbito desta matéria, cogitasse já em 1977, a hipótese da existência de uma Constituição Europeia, sobre a qual - e sobre outras normas jurídicas europeias - considerou que «Portugal minora ou altera a sua ideia de Pátria na medida em que conforma a sua fisionomia espiritual a convenções jurídicas que não elaborou nem redigiu, mas que é obrigado a subscrever.»⁹

Para os vários elementos do «57» era postulado assente que «Não pode haver autonomia política sem autonomia mental e cultural». Este princípio da autonomia mental e cultural é precisamente o filosofema¹⁰ fundamental desse Movimento, que nos aparece ao longo das teses defendidas na revista 57, em particular nos dois Manifestos, acima referidos, sob a denominação de ideia de pátria. Pela ideia de pátria se dá lugar à especificidade, ao diferente. É ela que dá sentido à acção e é por ela que se manifesta a teleologia própria: «[...] é na pátria e pela

⁸ Cf. *Ib.*, p. 2.

⁹ Álvaro Ribeiro, «Ainda temos Pátria?», in *Escola Formal*, Lisboa, 4(1977), p. 12.

¹⁰ O conceito de filosofema é tomado no sentido em que o define Eduardo Abranches Soveral: «É um problema radical equacionado em termos críticos. [...]. Cada filosofema contém um campo próprio de desenvolvimento, e está implicitamente ligado à totalidade dos filosofemas possíveis mediante uma ordem gnosiológica precisa que nem sempre é patente. Também pode receber várias formulações consoante as determinantes críticas que o geraram» - Eduardo Abranches Soveral,

pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem sentido na lama do quotidiano. [...] uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas.»¹¹ Este é, não um caminho, mas o caminho verdadeiro para servir efectivamente o homem, pois «a pátria é a empresa concreta em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si.»¹² Seguindo a via contrária resultará impedida a comunicação: «O mundo ou o universo ou o agregado supra-nacional é a ideia abstracta e vã, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens.»¹³ É querer enquadrar no mundo espaço-temporal aquilo que só fará sentido fora dele: «Se a nossa mente tende a aceitar o sincretismo monoteísta e a existência de uma Verdade última, nada mais perigoso, temerário e negativo do que transportar concepções que necessariamente estão fora do tempo, fora do espaço, para o espaço, fora dos homens para os homens.»¹⁴

Na cultura portuguesa há possibilidades e meios para evitar a via errada. Há possibilidades, pois Portugal guarda nos seus arcanos uma extraordinária potencialidade criadora. A viagem, o descobrimento, a invenção, a aventura, são-nos confirmadas pela história dos acontecimentos. Será necessário seguir meios que, coadunados com a nossa identidade, deixem germinar as potencialidades da nossa raça. O existencialismo e a filosofia portuguesa são apontados como esses meios.

Segundo o ideário do Movimento de Cultura Portuguesa, o existencialismo, por considerar o homem como

«Pensamento Luso-Brasileiro», in *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1982, pp. 894-895.

¹¹ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

¹² *Ib.*

¹³ *Ib.*

¹⁴ «57. O Equívoco. Elementos para a iluminação do Sistema Português de Equívocos», in *57*, Lisboa, IV, 9(1960).

tema central da reflexão filosófica e simultaneamente tender a minimizar as ideias abstractas, os conceitos universais (as essências), a favor das realidades concretas e individuais (as existências), é o sistema que deu conteúdo filosófico à ideia de pátria e que melhor interpretou a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais autónomos e específicos. A. N. Whitehead e K. Jaspers são apontados no «Manifesto de 57» como os filósofos que, de uma forma mais sistemática, souberam interpretar a relação dos homens entre si e a relação dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais autónomos e específicos. Igualmente são apresentados exemplos de pensadores e criadores que enquadraram as suas criações nas coordenadas do espaço e do tempo e nas filosofias nacionais das suas pátrias. Da cultura francesa, apontam-se os nomes de Sartre, Camus, Gabriel Marcel e Simone de Beauvoir. Da cultura alemã, indicam-se Hermann Hesse e Ernst Jünger. Da cultura inglesa, anotam Priestley e Graham Greene. As criações dos existencialistas radicam em interrogações antropológicas, cosmológicas ou teológicas, associadas necessariamente a sistemas culturais autónomos e específicos.¹⁵

Já a filosofia portuguesa é o meio privilegiado, por ser a corrente filosófica que, entre nós, tem conseguido sistematizar aquela visão do homem, sendo também o veículo certo de melhor o servir. É mesmo a via por excelência, por meio da qual a cultura portuguesa há-de afastar as correntes estrangeiras e reencontrar-se a si mesma. Diz-se, no referido Manifesto, que Sampaio Bruno «pode ser considerado» o fundador da filosofia portuguesa. Como seus «discípulos confessos», no âmbito da «Renascença

¹⁵ Cf. «Manifesto de 57», art. cit.

Portuguesa» e da *Águia*, encontram-se Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa. Leonardo Coimbra, também discípulo de Bruno, aparece como o cerne da portuense Faculdade de Letras, onde se formaram Álvaro Ribeiro e José Marinho, tidas como «as figuras mais representativas da filosofia portuguesa moderna» e inspiradores próximos do Movimento de Cultura Portuguesa.

A defesa da existência da filosofia portuguesa tem como pressuposto a existência de filosofias nacionais, em contraste com a existência, em exclusivo, da filosofia num sentido universal, tema de acesa polémica em época anterior¹⁶, e que mais recentemente teve novos e válidos contributos¹⁷, tornando desnecessário o seu aprofundamento

¹⁶ Da vitalidade desse período dá eco António José de Brito, quando, acerca dos argumentos apresentados por ambos os contendores, diz que «Ambos os pontos de vista tiveram defensores inteligentes e veementes, mas pode dizer-se que a ideia de uma filosofia especificamente portuguesa encontrou um grupo de partidários de forte talento e engenho, originando alguns estudos e investigações notáveis» - António José de Brito, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4(1990), p. 409. A polémica à volta desta temática teve especial ênfase nas décadas de quarenta a sessenta, com importante eco na imprensa diária, nomeadamente no *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *O Comércio do Porto* e *Diário Ilustrado*.

¹⁷ Vejam-se os ensaios de Francisco da Gama Caeiro, «A Noção de Filosofia na obra de Manuel Antunes. Em torno ao problema das Filosofias Nacionais», in *Ao Encontro da Palavra, Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, 1985, pp. 9-42; *Id.*, «"Filosofia em Portugal" e seu ensino: tópicos para uma reflexão», in *Filosofia*, Lisboa, II, 1-2(1988), pp. 67-82; Onésimo Teotónio Almeida, «Filosofia Portuguesa, Alguns Equívocos», in *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, IV(1985), pp. 219-255; Manuel Maria Carrilho, «Filosofias, contextos, novidades», in *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 220(1986), p. 2; Manuel Ferreira Patrício, «Filosofia, indispensável», in *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 295(1988), p. 7(JE); Ana Maria Moog Rodrigues, «Filosofia Luso-Brasileira e o Problema das Filosofias Nacionais», in *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, 15(1990), pp. 25-30; António José de Brito, *art. cit.*, pp. 409-429. António Paim, *Propostas para a Caracterização das Filosofias Nacionais. Texto apresentado ao seminário sobre Filosofias Nacionais realizado de 9 a 12 de Junho de 1990*, Universidade Nova, Lisboa, 1990.

Para um enquadramento mais global desta matéria, vejam-se José Barata-Moura, o capítulo «Tópicos para um panorama da filosofia

no presente estudo. Ainda assim, recordaremos aqui o argumento fundamental da defesa das filosofias nacionais e, concomitantemente, da filosofia portuguesa, patenteado no «Manifesto de 57»: «Não é possível servir o Espírito ou a Razão, sem partir das formas antro-po-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias»¹⁸. É que «A Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais»¹⁹. Logo, como esclarece o «Manifesto sobre a Pátria», «O acto do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria.»²⁰

A ideia de pátria tem de ser fecundada pela filosofia pois, como se afirma no «Manifesto sobre a Pátria», não há pátria sem filosofia da pátria. Entre nós, vários têm sido os pensadores que lhe têm dado conteúdo e desenvolvimento. No entanto, não lhes têm sido dados ouvidos. Sampaio Bruno, anota-se no referido Manifesto, foi «ignorado». Guerra Junqueiro foi condenado no «tribunal da razão». A Teixeira de Pascoaes «rasgaram» *Os poetas lusíadas* e a *Arte de ser portugueses*. À voz de Leonardo Coimbra «taparam os ouvidos». A *Mensagem*²¹ de Fernando Pessoa foi relegada para o último lugar, e o seu autor considerado «um malabarista de palavras, um humorista». Em

em Portugal no século XX», da sua obra *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1998, pp. 249-281, Pedro Calafate, «Figuras e ideias da filosofia portuguesa nos últimos 50 anos», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2(1995), pp. 355-376 e a Segunda Parte, intitulada «Sob o Signo do Magistério de Álvaro Ribeiro», da obra colectiva *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, Tomo 1, Dir. de Pedro Calafate Caminho, Lisboa, 2000, pp. 167-259.

¹⁸ «Manifesto de 57», art. cit.

¹⁹ «Manifesto sobre a Pátria», art. cit.

²⁰ *Ib.*

²¹ António Quadros, director do jornal 57, considera a *Mensagem* como «a Bíblia da portugalidade assumida em transcendência» - António Quadros, «O Homem Português», in AA.VV., *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, p. 205.

1957, este movimento queria fazer reviver e dar continuidade a esta filosofia, que deveria ser fonte de inspiração e farol orientador na acção, para os representantes da nossa pátria. Isto é, a potencial teleologia da nossa pátria irá passando a acto na medida em que se dê continuidade às obras dos três grandes poetas, em que «o único herói é a pátria portuguesa» e não um homem individual. São esses poemas *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, *A Pátria*, de Guerra Junqueiro e a *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Pelo movimento da ideia de pátria, sempre em demanda se encontrará o sentido da redenção, o grande objectivo final. Os elementos do «57» admitem que, um dia, a pátria do homem venha a ser o próprio universo - ideia presente no pensamento filosófico de Sampaio Bruno²². Mas esses tempos estão tão longínquos, que hoje só se pode ter em conta a ideia de pátria. Ou seja, no tempo presente, o nacionalismo cultural é sinónimo de paz e liberdade, enquanto o universalismo conduzirá à guerra e à discórdia entre os povos.

Do Movimento de Cultura Portuguesa, através do seu órgão, a 57, fica a conclusão de que um povo para sobreviver tem de ter uma imagem positiva de si mesmo, para a construção da qual a filosofia tem um papel fundamental. Igualmente, se denota uma preocupação pela transformação cultural portuguesa, chamando a atenção para o «pensar português». Faltou, certamente, no «57» uma abertura ao trabalho que se realiza numa comunidade que não conhece fronteiras nem nacionalidades.

²² Ideia no mesmo sentido foi defendida, quer pelo grande escritor Jorge Luís Borges, quer pelo etólogo e Prémio Nobel da Medicina, Konrad Lorenz, quando afirmam que o homem, neste estágio de desenvolvimento da humanidade, ainda não merece viver sem leis.

3. Álvaro Ribeiro no Movimento de Cultura Portuguesa

A participação efectiva de Álvaro Ribeiro na 57 - órgão do Movimento de Cultura Portuguesa - não foi extensa, mas foi fecunda. Além de mestre inspirador²³, teria levantado o «comum pendão», utilizando os termos de Antero de Quental por ocasião do lançamento das Conferências do Casino²⁴. Para além de extractos ou interpretação de obras suas, a colaboração directa no referido órgão cifrou-se em três momentos: primeiro, no inicial ano de 1957, com um extenso testemunho, sob o título genérico de «Inquérito aos Pensadores Portugueses», dando começo a esta rubrica²⁵; depois, no ano seguinte, foi publicado um ensaio sobre a Filosofia do Direito; finalmente, no ano de 1959, é apresentado um longo e ilustrativo estudo sobre Cunha Seixas e a filosofia portuguesa.

Já no «Manifesto de 57»²⁶, ao serem apresentadas as raízes do movimento e as directrizes balizadoras do rumo a seguir, Álvaro Ribeiro e José Marinho são relevados como os elementos mais representativos e inspiradores da filosofia portuguesa da época. Remetem igualmente para os seus predecessores: o fundador Sampaio Bruno e os seus discípulos Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, num primeiro momento, e, num segundo, Leonardo Coimbra, de quem irradiou o espírito que presidiu à doutrinação da Faculdade de Letras do Porto, onde se firmaram e donde partiram

²³ Eduardo Lourenço, ao fazer a psicanálise mítica do destino português, chega a confinar o movimento da filosofia portuguesa a uma seita, de que Álvaro Ribeiro seria o seu «guru» - cf. LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, 2ª ed., Dom Quixote, Lisboa, 1982.

²⁴ Cf. Carta de Antero de Quental a Oliveira Martins em Lúcio Craveiro da Silva (Introdução, organização e notas), *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1996, p. 40.

²⁵ Embora o testemunho tivesse sido dado em forma de entrevista, é referido que o texto foi revisto pelo entrevistado, que autorizou a sua publicação no 57.

²⁶ 57, Lisboa, I, 1(1957), pp. 1-2.

precisamente Álvaro Ribeiro e José Marinho. Eles eram a força centrípeta e os pontos de referência dos vários elementos: «Uniam-nos: o sermos ou considerarmo-nos discípulos de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, com quem nos encontrávamos diariamente na velha Brasileira do Rossio; o assumirmos, com eles e por eles, a herança de Leonardo Coimbra, de Teixeira de Pascoaes, de Fernando Pessoa e da Renascença Portuguesa.»²⁷

António Quadros, na 57²⁸, apresenta um estudo da Filosofia da História em Portugal, tratando da epopeia e da filosofia da história de Camões a Fernando Pessoa, da missão do povo português, da nossa fundamental divergência com o sentido espanhol da história e, finalmente, da Renascença Portuguesa ao movimento atlântico. Aí se indica que foi aquele original movimento cultural portuense a legar-nos uma filosofia da história, que se poderá perscrutar na doutrinação de Bruno e Pascoaes e na «epopeia dramática intermediária», de Junqueiro e Pascoaes, de que deriva a «epopeia tensa de cifrada ciência de filosofia da história», de Fernando Pessoa na *Mensagem*. Este poeta teria ido, até, mais além do que os seus predecessores, ao apresentar uma história de Portugal na sua espiritualidade,

²⁷ Testemunho de António Quadros sobre o «57», ver Manuel Gama, «A Filosofia Portuguesa no "57". Com um inédito de António Quadros», in AA.VV., *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa [Ciclo de Palestras promovido pela Fundação Lusíada no Ateneu Comercial do Porto em 14 e 15 de Maio de 1993]*, Bibliografia Geral de Álvaro Ribeiro Organizada por Joaquim Domingues, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, pp. 62-64.

No seguimento, António Quadros enuncia ainda um outro ponto de união: «o termos tomado consciência de que a respiração, a vida e o futuro do ser de Portugal, não passavam apenas pela obediência aos seus valores tradicionais ou ao contrário pela atitude progressista e estrangeirada, mas principalmente pela filosofia e, no concreto envolvente, pela capacidade de o pensar, ao ser de Portugal, na sua substância e na sua teleologia própria.»

Naquele contexto e numa visão global do movimento da filosofia portuguesa, remata António Quadros: «Tínhamos razão, mas no imediato perdemos. Perdemos, como já tinham perdido no seu tempo o Nobre e o Bruno, o Leonardo e o Pascoaes, o Pessoa e o Almada, o Marinho, o Álvaro ou o Agostinho da Silva.»

²⁸ António Quadros, «A Filosofia da História em Portugal», em 57, Lisboa, I, 3-4(1957), pp. 2-3, 24.

na pegada de Camões. No entanto, apesar de Pessoa se inserir na categoria de filósofo, a este nível é Álvaro Ribeiro, refere António Quadros, que consegue alargar «extraordinariamente as perspectivas dos seus mestres com a integração do hegelianismo e do bergsonismo, com o diálogo com a filosofia inglesa, com a criação, enfim, da sistemática estruturação de uma filosofia atlântica, diferente da mediterrânica e da germânica»²⁹. Se o movimento de Cultura Portuguesa, dando cumprimento ao «mito do Espírito», acaba por ser um prolongamento e um alargamento actualizados do movimento da Renascença Portuguesa, Álvaro Ribeiro - tal como José Marinho e, noutro plano, Fernando Pessoa - permanece como a testemunha e o testemunho, para os novos do movimento iniciado em 1957. E se, no passado, o trilho era o dos oceanos, para os do «57» a navegação é já a do espírito atlântico, eventualmente a construção de uma Renascença Atlântica³⁰.

3.1. Dizíamos acima, que no Inquérito aos Pensadores Portugueses, significativamente, o primeiro inquirido tenha sido Álvaro Ribeiro³¹. Das ideias aí explanadas procuraremos, agora, ver a proximidade entre as suas posições e as do ideário do «57».

A filosofia de Álvaro Ribeiro, anota António Quadros, desponta no percurso da evolução do pensamento português, no encaminhamento da de Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra e Fernando Pessoa, entrelaçada no diálogo com filósofos estrangeiros, como Aristóteles, Hegel e Bergson, de quem colhe elementos e inspiração.

²⁹ *Id.*, *Ib.*, p. 3.

³⁰ Cf. *Id.*, *Ib.*, p. 24.

³¹ «Inquérito aos Pensadores Portugueses. 1-0 testemunho de Álvaro Ribeiro» [Entrevista de António Quadros], em 57, 3-4(1957), pp. 6-9.

Na referida entrevista/testemunho³², conduzida por António Quadros - o constante elemento da direcção da 57 -, encontramos reflexões sobre vários temas-problemas. Alguns de carácter mais geral, como o ensino e a justiça; a contradição do universalismo abstracto; o iluminismo, o positivismo e o hegelianismo; a cultura católica; o existencialismo; a cultura e a escolaridade. Outros, mais directamente orientados para a temática portuguesa, como Leonardo, Bruno e a Renascença Portuguesa; a geração neo-realista; a irradiação da filosofia portuguesa no mundo; o idealismo e a personalidade de António Sérgio; a reforma do liceu e da Universidade; a situação do escritor português e a acção cultural dos escritores. Ainda assim, mesmo nos assuntos do primeiro grupo, nunca o horizonte nacional é afastado.

O tom geral de Álvaro Ribeiro encontramos-lo na ideia de que a filosofia portuguesa é uma filosofia superior, por isso «[...] tanto as instituições de formação, constituição e criação, como as instituições de difusão e de divulgação deveriam estar subordinadas aos princípios da filosofia portuguesa, que é uma filosofia superior...»³³. Contrariamente ao tão disseminado derrotismo nacional, com laivos de complexo de inferioridade, Álvaro Ribeiro vê a filosofia portuguesa num dos patamares de nível superior, com a qual e pela qual as várias dimensões da cultura nacional se encaminhariam, por um lado, para o círculo próprio da sua idiossincrasia e, por outro, para uma vida mais eficiente e melhor. Subjacente ao alto nível da filosofia portuguesa, está a superioridade do povo

³² Primeiramente, a entrevista foi feita a sós. Depois, juntaram-se-lhes vários outros elementos do Movimento de Cultura Portuguesa (frequentadores do café, a Brasileira do Rossio, onde decorreu grande parte da entrevista): Orlando Vitorino, Avelino Abrantes, António Telmo, Ernesto Palma, Francisco Sottomayor, Fernando Morgado e Afonso Botelho. Sobre cada um, António Quadros dá aspectos interessantes do seu perfil psicofísico.

³³ «Inquérito aos Pensadores Portugueses [...]», *cit.*, p. 9.

português. Os estudos etnológicos de versados especialistas como Alberto Sampaio, Martins Sarmiento, João Bonança, José Leite de Vasconcelos, Mendes Correia, levaram Álvaro Ribeiro a essa conclusão. Embora, à época (anos 50), a observação empírica e a miséria fisiológica da população portuguesa não fossem propícias àquela tese, Álvaro Ribeiro afirma que «pelo estudo da genética e das ciências afins, cheguei a estar convencido de que, com a educação apropriada, o nosso povo revelaria muito depressa a sua congénita superioridade.»³⁴

Igualmente se mostra convicto de que o ciclo de desnacionalização, com inícios no raiar da década de setenta do século XIX (coincidente com os primórdios do positivismo em Portugal), estará fechado nos anos cinquenta do século XX, havendo então lugar ao postulado, por si defendido, de que a independência política pressupõe a independência cultural³⁵. Álvaro Ribeiro faz também uma crítica circunstanciada ao sistema educativo português, propondo medidas concretas para a sua reforma, sobretudo ao nível do liceu e da universidade. Temas que virão a ter desenvolvimento consentâneo em obras subsequentes, como *Escola Formal*(1959), *Estudos Gerais*(1961), *Liceu Aristotélico*(1962).

Embora o desenvolvimento do tema da filosofia portuguesa já tenha sido consagrado na obra *O Problema da Filosofia Portuguesa* (1943), o pensador retoma-o aqui, dando o horizonte geral, que servirá de orientação comum neste ponto nodal do Movimento de Cultura Portuguesa. Por várias ordens de razões, Álvaro Ribeiro opõe-se à concepção de um pensamento universal. Primeiro, porque olhando para a experiência do quotidiano, esta ensina-nos que as ideias gerais são recebidas num contexto espaço-temporal, ou

³⁴ *Ib.*, p. 7.

³⁵ *Ib.*

seja, na recepção do universal interferem factores de ordem natural, histórica e geográfica. Depois, se as raças e mesmo os próprios irmãos são diferentes, um humanismo abstracto universal é um «falso ideal». Há, segundo ele, uma distinção entre raças mais atrasadas e raças mais adiantadas (e dentro das raças há os povos com as suas características étnicas próprias), o que tem confirmação nos estudos da etnografia, da etnologia e da antropologia cultural. Colocando o acento tónico nas raças - e não nas civilizações, o que teria um alcance diverso -, Álvaro Ribeiro parece fechar a porta a uma Antropologia Filosófica, que enfoca a raça humana em sentido universal.

3.2. No número posterior ao do Testemunho, acima apresentado, o periódico apresenta como estudo cimeiro, da responsabilidade da direcção do órgão, o exame dos 12 Problemas Concretos da Cultura Portuguesa³⁶. Logo de seguida, com o devido relevo, é apresentado o ensaio de Álvaro Ribeiro, «A Filosofia do Direito», que se insere no âmbito das suas preocupações pela coisa pública, como já ficara vincado, de algum modo, por um lado, com a fundação da revista *Acção Republicana* (1926) e a direcção da «publicação de cultura e política»³⁷, intitulada *Princípio* (1930), e, por outro, na peleja do movimento da Renovação Democrática (1932-1933)³⁸.

³⁶ Vários desses problemas haviam sido já objecto de reflexão, por Álvaro Ribeiro, no referido Testemunho. Apontados em forma tríade de Enunciado-Dificuldades-Solução, são os seguintes: 1. O escritor; 2. Os movimentos culturais; 3. A liberdade de expressão; 4. A maioria intelectual; 5. Os professores; 6. Os alunos; 7. A cultura no Ultramar; 8. O fortalecimento da unidade portuguesa; 9. O historicismo; 10. O voluntarismo; 11. O literatismo; 12. A desnacionalização da vida cultural - in 57, 5(1958), pp. 1-2.

³⁷ Cf. António Braz Teixeira, «Álvaro Ribeiro», in AA.VV., *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, Tomo 1, Direcção de Pedro Calafate, Caminho, Lisboa, 2000, p. 180.

³⁸ Veja-se Severino Augusto Mendes Polónia, *O Grupo de Renovação Democrática ou uma das últimas utopias político-ideológicas republicanas ante a repressão do Estado Novo (1932-1933)*, Universidade do Minho, Braga, 1998 e Pedro Veiga, *O Movimento da Renovação*

Álvaro Ribeiro começa por referir que fazendo um estudo comparativo às Constituições políticas, promulgadas após a primeira Guerra Mundial, se nota que os princípios individualistas e contratualistas de Locke, Kant e Rousseau foram substituídos pelas doutrinas estruturais da família, do trabalho e da corporação que, por sua vez, ao longo do século XIX, quase haviam sido excluídas do direito público. Ou seja, explicita Álvaro Ribeiro: «Em vez da autonomia entre o uno e o múltiplo, entre o átomo e a massa, entre a vontade individual e a autoridade social, ressurgiu na mente dos juristas a certeza de que a liberdade humana só poderia ser garantida pelo vínculo orgânico das instituições tradicionais.»³⁹

Um dos pontos centrais daquele ensaio centra-se na crítica à quase exclusão da filosofia de Hegel do ambiente jurídico português. Por um lado, os autores da Constituição de 1933 omitem-na ou, pelo menos, secundarizam-na nas respectivas fontes doutrinárias. Basta, refere Álvaro Ribeiro, que se estabeleça uma tábua de correspondência entre os parágrafos da *Filosofia do Direito* de Hegel e os números dos artigos da referida Constituição, para se comprovar a substância dos valores próprios da filosofia de Hegel nessa Lei Fundamental. Por outro lado, a bibliografia directa de Hegel é relativizada nos manuais de direito constitucional dos nossos professores universitários.

Hegel afirma que cada povo tem a Constituição que merece e Álvaro Ribeiro, nesse sentido, esclarece que «A constituição significa uma coexistência de instituições, as quais surgem como produtos da natureza e da cultura do respectivo povo. É uma fantasia, diz Hegel, pretender

Democrática ou o Novo Cenáculo da Vida Mental Portuguesa (1932), Centro Editorial Português, Porto, (1985).

³⁹ Álvaro Ribeiro, «A Filosofia do Direito», em 57, 5(1958), p. 2.

inventar uma constituição que, aparentemente racional, não considere nem respeito as tradições nacionais.»⁴⁰

O pensador português passa depois a uma análise exaustiva da filosofia do direito de Hegel, nomeadamente os temas da liberdade e dos direitos individuais; a propriedade e as principais normas de apropriação e de alienação; a transição doutrinal da propriedade ao contrato, nas suas relações com a justiça e a injustiça; a relação entre a violência e o crime; a relação da pedagogia com a política. Discorre ainda sobre o quadro do direito público nas dimensões da família, do trabalho, da corporação, assim como - baseado ainda na doutrina de Hegel - sobre a assembleia representativa e as respectivas duas câmaras, o problema da designação e das atribuições do chefe de Estado, sobre a definição dos direitos, dos poderes e das funções de quem no Estado há-de ser considerado o príncipe, o primaz ou o primeiro.

No epílogo do seu ensaio, depois de dissertar sobre a necessidade da «rigidez da constituição», no sentido de o legislador garantir a escolha de palavras sem flutuação semântica, Álvaro Ribeiro remete para Hegel como garantia desse desiderato: «Hegel, habituado pelos seus estudos lógicos, pela lógica sem predicados, atributos ou epítetos, a considerar o movimento, o desenvolvimento e a vida dos conceitos, ofereceu aos juristas um método de estudo que, apesar das contradições de Marx, Lenine e Staline, ainda hoje perdura valente, altivo e admirável.»⁴¹ No entanto, Álvaro Ribeiro não deixa de apontar o erro de Hegel ao querer transpor a filosofia para a categoria de ciência, aspecto agravado pelo positivismo. O engano radica na adopção do método das ciências da natureza em vez de percorrer os caminhos das ciências do espírito.

⁴⁰ *Id.*, *Ib.*, pp. 2-3.

⁴¹ *Id.*, *Ib.*, p. 3.

3.3. No ano de 1959, publica o seu último, mas significativo, estudo no órgão do Movimento de Cultura Portuguesa, intitulado «Cunha Seixas e a cultura portuguesa»⁴². Nele começa por fazer o diagnóstico do nosso século XIX, sobretudo da sua segunda metade. Nesse período, por um lado, a tradição escolar das ordens religiosas – com relação directa à teologia – foi sendo subalternizada, por outro lado, os escritores e outros homens de cultura, na sua tentativa de actualizar Portugal a partir de padrões estrangeiros, intentaram substituir a teologia dogmática pela «metafísica duvidosa» (expressão de Álvaro Ribeiro) ou pela sociologia positiva. Em consequência, «a eliminação da ideia de Deus equivale, efectivamente, ao desencontro com a verdade ou, na mesma, à desistência de filosofar.»⁴³ Nesse sentido, a Sampaio Bruno, o autor da *Ideia de Deus*, é dado especial realce e é apresentado como o culminar decisivo da história da filosofia em Portugal no século XIX, pelo seu «julgamento penetrante, severo e definitivo».

Embora alguns pensadores portugueses mantivessem a fidelidade à teologia católica, não produziam obra com a qualidade desejada. Outros, porém, tentaram fazer novas aproximações entre a filosofia e a teologia, em termos

⁴² 57, 6(1959), pp. 14-15, 19. Este mesmo estudo teve publicação posterior na *Revista Brasileira de Filosofia*, Rio de Janeiro, vol. IX, fasc. II(1959), pp. 228-240, e em Álvaro Ribeiro, *As Portas do Conhecimento. Dispersos e Inéditos*, Compilação e Prefácio de Pinharanda Gomes, Instituto Amaro da Costa, Lisboa, 1987, pp. 223-236. Trata-se de um dos primeiros ensaios dedicados ao pensador português. Antes da sua publicação, em 1959, já ensaístas como Fidelino de Figueiredo, Delfim Santos e António José de Brito haviam feito alguma aproximação ao autor. Com um carácter mais aprofundado, realce-se a tese de conclusão de licenciatura de Celeste da Conceição Neves, *José Maria da Cunha Seixas e a sua posição filosófica*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1954.

Para bibliografia actualizada, veja-se Manuel Cândido Pimentel, «Cunha Seixas, filósofo do divino», em *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. IV, Tomo 1, Direcção de Pedro Calafate, Coordenação de Manuel Cândido Pimentel, Caminho, Lisboa, 2004, pp. 156-157.

⁴³ 57, 6(1959), p. 14.

heterodoxos, entre os quais, pelo seu «excepcional valor» - refere Álvaro Ribeiro - se deve destacar José Maria da Cunha Seixas. Não teve o protagonismo devido, ou foi mesmo esquecido, quer por parte dos positivistas, quer pela «maledicência» de alguns literatos.

Álvaro Ribeiro faz uma circunstancial análise crítica ao conjunto da obra de Cunha Seixas, que considera notável pela quantidade e pela qualidade, e donde sobressaem um profundo conhecimento da história da filosofia, um estilo conciso e um modo diversamente próprio de tratar os problemas mais decisivos e de entender as doutrinas dos pensadores mais célebres, ao mesmo tempo que se revela um hábil e vigoroso argumentador. Na globalidade da sua obra, ressalta a intenção de subordinar todos os seus trabalhos filosóficos a um sistema, que ele denominou de Pantiteísmo (Tudo em Deus) o que, chama a atenção Álvaro Ribeiro, já é significativo de atitude de boa tradição portuguesa e, como tal, insere-o no grande grupo dos pensadores que se preocupa e ocupa do binómio filosofia-religião⁴⁴. Problematização para a qual teria concorrido a sua frequência da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde tomou contacto com o pensamento de Krause (defensor do penenteísmo), por influência dos seus professores Vicente Ferrer e Rodrigues de Brito.

Cunha Seixas é, no entanto, comparado com pensadores portugueses seus contemporâneos, como Domingos Tarroso e Sampaio Bruno. É com este último que a contraposição se coloca mais evidente. Primeiro, por que Cunha Seixas não soube ver que a política progressista, sob a capa da separação da Igreja e do Estado, descia a escada da teologia para a sociologia, enquanto que o filósofo portuense soube fazer, com alcance profundo, a leitura que

⁴⁴ Diz mesmo Álvaro Ribeiro que «Na vocação filosófica está sempre presente uma determinante religiosa, como na conversão religiosa consiste a odisséia da maioria dos filósofos» - *Ib.*

faltou ao pensador de Trevões. Segundo, a crítica ao positivismo foi feita deficientemente por Cunha Seixas, encontrando no pensamento de Sampaio Bruno, sobretudo na sua obra *O Brasil Mental*, a sua mais clara condenação.

Fazendo um juízo final, Álvaro Ribeiro, para além das qualidades e das limitações atrás referidas, anota que na obra de Cunha Seixas, no tratamento de cada problema filosófico, para além da apresentação das soluções dos pensadores europeus e da sua perspectiva pessoal, lhe falta idêntica abordagem na tradição nacional. Apesar disso, depois de breve dissertação sobre o livre-pensamento, referindo que essa faculdade não pode ser característica do ateu, uma vez que para ela concorre a conjugação - envolta em mistério - entre a consciência humana e a realidade divina, remata Álvaro Ribeiro: «Cunha Seixas interpretava essa inefável relação em termos de misticidade, conforme se depreende da designação geral de *Pantiteísmo* [...] Nunca esqueceu, porém, que a filosofia tem de estar de algum modo relacionada com a teologia, e tanto basta para que o seu nome seja digno de figurar na história da filosofia portuguesa.»⁴⁵.

Em forma de conclusão, podemos dizer que Álvaro Ribeiro, por um lado, afirma a gradativa tomada de consciência da originalidade da filosofia portuguesa, assente no *pantiteísmo* de Cunha Seixas, no *messianismo* de Sampaio Bruno e no *criacionismo* de Leonardo Coimbra; por outro, apela a que as novas gerações, reconhecendo o primado da filosofia sobre a política, prossigam a missão que porventura esteja destinada à filosofia portuguesa. Ideias que, complementadas com outras, também propostas na sua colaboração na 57, como a defesa de que sem teologia não há filosofia e que a Justiça está ligada à verdade e às

⁴⁵ *Ib.*, p. 19.

leis divinas⁴⁶, constituíram um alicerce e sobretudo um farol para a orientação do Movimento de Cultura Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «Filosofia Portuguesa, Alguns Equívocos», in *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, IV(1985), pp. 219-255.
- BARATA-MOURA, José, «Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX», in *Id.*, *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1998, pp. 249-281.
- BRITO, António José de, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4(1990), pp. 409-429.
- CAEIRO, Francisco da Gama, «A Noção de Filosofia na obra de Manuel Antunes. Em torno ao problema das Filosofias Nacionais», in AA.VV., *Ao Encontro da Palavra, Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, 1985, pp. 9-42.
- , «"Filosofia em Portugal" e seu ensino: tópicos para uma reflexão», in *Filosofia*, Lisboa, II, 1-2(1988), pp. 67-82.
- CALAFATE, Pedro, «Figuras e ideias da filosofia portuguesa nos últimos 50 anos», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2(1995), pp. 355-376.
- CARRILHO, Manuel Maria, «Filosofias, contextos, novidades», in *JL.Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Nº 220(1986), p. 2.
- GALA, Elísio, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.
- GAMA, Manuel, *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.
- , «A Filosofia Portuguesa no "57". Com um inédito de António Quadros», in AA.VV., *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa [Ciclo de Palestras promovido pela Fundação Lusíada no Ateneu Comercial do Porto em 14 e 15 de Maio de 1993]*, Bibliografia Geral de Álvaro Ribeiro Organizada por Joaquim Domingues, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, pp. 61-68.

⁴⁶ Encontramos uma aproximação à teoria das emanções, defendida por Sampaio Bruno, na *Ideia de Deus*, quando Álvaro Ribeiro liga a Justiça às leis divinas: «[...] a Justiça não está ligada a um pragmatismo mas directamente à verdade, porque ela é o conjunto das leis divinas. Deus verte sobre os homens a verdade, que por isso se diz universal. De Deus uno - e, é preciso não esquecer-lo, trino, - emana constantemente, incessantemente, a doutrina ou luz cujos raios ou razões os homens dizem não ver.», in *57*, 3-4(1957), pp. 6-7.

- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 2ª ed., Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- MARTINS, António Coimbra, «Estrangeirados», in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. II, Porto, 1981, pp. 466-473.
- NEVES, Celeste da Conceição, *José Maria da Cunha Seixas e a sua posição filosófica*[Tese de Licenciatura], Faculdade de Letras, Coimbra, 1954.
- PAIM, António, *Propostas para a Caracterização das Filosofias Nacionais. Texto apresentado ao seminário sobre Filosofias Nacionais realizado de 9 a 12 de Junho de 1990*, Universidade Nova, Lisboa, 1990.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira, «Filosofia, indispensável», in *JL.Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 295(1988), p. 7(JE).
- PIMENTEL, Manuel Cândido, «Cunha Seixas, filósofo do divino», in *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol. IV, Tomo 1, Direcção de Pedro Calafate, Coordenação de Manuel Cândido Pimentel, Caminho, Lisboa, 2004, pp. 131-157.
- POLÓNIA, Severino Augusto Mendes, *O Grupo de Renovação Democrática ou uma das últimas utopias político-ideológicas republicanas ante a repressão do Estado Novo (1932-1933)*, Universidade do Minho, Braga, 1998.
- QUADROS, António, «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», in *Acto*, Lisboa, 2(1952).
- , «A Filosofia da História em Portugal», in *57*, Lisboa, I, 3-4(1957), pp. 2-3, 24.
- , «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», in *57*, Lisboa, III, 7(1959).
- , «A revista "57" realça a reflexão filosófica sobre os valores da cultura portuguesa» [Entrevista], in *Diário de Coimbra*, (Suplemento de Artes e Letras «Sopro»), Coimbra, 16.09.1982 e 23.09.1982.
- , «O Homem Português», in AA.VV., *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, pp. 185-211.
- RIBEIRO, Álvaro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Inquérito, Lisboa, 1943.
- , «Inquérito aos Pensadores Portugueses. 1-O testemunho de Álvaro Ribeiro» [Entrevista de António Quadros], in *57*, 3-4(1957), pp. 6-9.
- , «A Filosofia do Direito», in *57*, 5(1958), pp. 2-3.
- , «Cunha Seixas e a cultura portuguesa», in *57*, 6(1959), pp. 14-15, 19.

- RODRIGUES, Ana Maria Moog, «Filosofia Luso-Brasileira e o Problema das Filosofias Nacionais», in *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, 15(1990), pp. 25-30.
- SILVA, Lúcio Craveiro da (Introdução, organização e notas), *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1996.
- SOVERAL, Eduardo Abranches, «Pensamento Luso-Brasileiro», in *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1982, pp. 894-895.
- TEIXEIRA, António Braz, «Álvaro Ribeiro», in AA.VV., *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol. V, Tomo 1, Direcção de Pedro Calafate, Caminho, Lisboa, 2000, pp. 180-209.
- VEIGA, Pedro, *O Movimento da Renovação Democrática ou o Novo Cenáculo da Vida Mental Portuguesa (1932)*, Centro Editorial Português, Porto, (1985).